

TERRITÓRIO E EDUCAÇÃO: O PAPEL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO PROCESSO DE AFIRMAÇÃO ÉTNICA E TERRITORIAL DO POVO TUPINAMBÁ, NO BAIXO TAPAJÓS

Lídia Cristiany Assunção Sarmento¹

RESUMO: O presente trabalho vem mostrar como se dão as ações de luta indígena e de como a educação indígena não se dissocia destes aspectos, sendo observado através de pesquisa exploratória e levantamento bibliográfico em assembleias, reuniões, entrevistas, dentre demais instrumentos de investigação. Dentro disso, coletamos documentos, protocolos, relatos e registramos as queixas e anseios, que fazem parte da luta indígena. O que mostramos são os pontos debatidos, os embates com a gestão, como os protocolos de consulta devem ser utilizados e também como, historicamente, a etnogênese no baixo Tapajós modificou formas de pensar e dar visibilidade aos povos que por muito tempo foram dados como “extintos”.

PALAVRAS-CHAVE: Educação escolar indígena. Território. Identidade

INTRODUÇÃO

De uma emergência social e ambiental, a etnogênese dos povos indígenas localizados às margens do rio Tapajós, estado do Pará, chama a atenção em como os povos originários estão agindo em defesa de seu território e buscando o fortalecimento de sua identidade, envolvendo seus rituais, cantos, gritos e a própria movimentação política que envolvem suas ações. Os territórios indígenas dentro dos municípios de Santarém, Belterra e Aveiro despontaram como impulsionadores dos movimentos de reconhecimento e autoafirmação identitária, dadas as condições em que se iniciaram os movimentos no final da década de 90 e hoje buscam sobreviver ao exacerbado assédio de grandes exploradores dos recursos naturais e da já conhecida falta de políticas públicas adequadas aos povos.

Observando o curso de todo movimento indígena e indigenista dentro do território Tupinambá, na margem esquerda do rio Tapajós, aliados à questão de visibilidade e voz que exigem, em que vão ocupando seus lugares políticos e de fala, este trabalho busca observar os elementos que compõem a luta indígena por território e reafirmando sua identidade e de como

¹ Acadêmica do 8º semestre de Pedagogia, do Instituto de Ciências da Educação – ICED, da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA; bolsista PIBIC/AF pelo ISSEAM – Indigenismo, Sociedades e Educação na Amazônia, vinculado ao CNPq. Email: sarmentolidia00@gmail.com



esses elementos são indissociáveis e alinhados à educação escolar, e vice-versa, amalgamando aspectos sociais, curriculares e históricos dentro de um mesmo movimento.

Considerando a experiência da implantação das escolas indígenas através da consolidação da normatização jurídica que respeita o modo de vida, língua e instituições indígenas (RODRIGUES, 2018), e observando as peculiaridades de como essas escolas foram implantadas no município de Santarém, a presente pesquisa se dá no âmbito de se observar as escolas indígenas do baixo Tapajós, mais precisamente as do território Tupinambá, e que se encontram dentro da Resex Tapajós-Arapiuns, em conhecer como o trabalho pedagógico se une com a luta pelo território e pela identidade.

METODOLOGIA

Este trabalho deriva do projeto PIBIC/UFOPA sobre o Diagnóstico das Escolas de Educação Indígena do Município de Santarém. Aqui cabe realçar que o uso da metodologia científica não pode excluir aspectos sociais pelas situações que devem ser quantitativas. Existem fatores sociais que devem ser levados em consideração e verificados de que forma eles exercem influência dentro da escola e de como dela não se dissociam, e por causa de muitos aspectos exatos “(...) implicou em uma desumanização das ciências sociais e, por isso mesmo, despersonalizou sua principal característica, que é a construção de um modelo de inteligibilidade feita por humanos que visa compreender as suas relações entre seus pares.” (NASCIMENTO, 2017, p. 431). Primeiramente, as visitas curiosas tornaram-se frequentes e a observação de cunho antropológico e de comunicação virou uma pesquisa educacional, visto que depois de uma assembleia geral do Conselho Indígena Tupinambá, na aldeia Jatequara, voltamos para a observação de uma semana de formação em educação indígena, já na aldeia Paraná-Pixuna, que reuniu as escolas das quatro aldeias que fazem parte do núcleo da Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima: Jaurituba (onde fica a escola polo), Jatequara, Paraná-Pixuna e Jaca (estas sediando escolas núcleos). Essa observação prévia veio se reunir com a revisão bibliográfica sobre o tema, com o debruçamento tanto em obras acadêmicas que evocam o tema no campo da educação quanto na revisão de obras da educação escolar indígena dentro do Direito.

Então, a metodologia definida foi a pesquisa exploratória, visto que visitas ao território tornaram-se grandes fontes de conhecimento e para se ter familiaridade com tema e conseguir

obter mais informações através de entrevistas, relatos, atas de reunião, filmagens, etc. Desde março de 2020 o contato com as aldeias vem sendo feito remotamente, quando as lideranças indígenas e diretores e professores vêm à Santarém, pois depois da aldeia Santo Amaro o sinal de telefonia e de internet é interrompido e, agora, as visitas vão voltando aos poucos, pós-vacinação, mas com as mesmas medidas de distanciamento e cuidados com a higiene.

RESULTADOS

O território indígena Tupinambá

O primeiro contato da pesquisadora com parte das aldeias do território Tupinambá se deu no final de 2019. Com a incumbência de registrar a Assembleia Geral do CITUPI – Conselho Indígena Tupinambá a fins de divulgação cultural, analisar aspectos antropológicos e de comunicação indígena, diversos aspectos foram observados na assembleia. Era o momento de formação de chapas e eleição da representação do CITUPI para o biênio 2019/2020. Os candidatos à representação das chapas eram escolhidos pelos parentes, não necessariamente eles próprios propondo seus nomes ao pleito; cada aldeia e seus indígenas iam indicando seus respectivos caciques que eles concluíam que formavam as chapas ideais. Ao final da votação, sem cédulas ou outro material de escolha, mas de forma aberta e clara a todos, o atual cacique representante do CITUPI foi reeleito.

A assembleia teve dois dias de duração e era constante o vaivém dos indígenas, fosse a pé ou chegando em canoas e bajaranas, vindos das aldeias mais distantes. As representações do CITA – Conselho Indígena Tapajós-Arapiuns, GCI – Grupo de Consciência Indígena, FUNAI-Fundação Nacional do Índio, e da SEMED- Secretaria Municipal de Educação. O CITA e o GCI participaram de forma quanto à orientação sobre cadastro, saúde, identidade e território. A FUNAI orientou sobre o momento político em que os povos indígenas se encontram, pautando sobre o desmonte do órgão.

Aqui damos enfoque à participação da representação da educação escolar indígena dentro da SEMED e como isso chamou a atenção para as particularidades no ensino das aldeias Jauarituba, Jatequara, Paraná-Pixuna e Jaca. Do que foi debatido sobre a educação na assembleia,



das reivindicações sobre a educação escolar indígena, unir conhecimentos locais com o conhecimento científico a partir da perspectiva local permeia o principal foco da educação formal nas aldeias. O questionamento do tipo de educação que está sendo dada a crianças indígenas e se ele corresponde às expectativas ainda é preocupante, visto que o município ainda deixa a desejar no atendimento às necessidades, ao repasse de recursos e ao cumprimento de um currículo que abranja os saberes do povo. Além disso, a precariedade do transporte escolar fez com que as aldeias solicitassem a abertura de anexos, visando principalmente a segurança das crianças. (SARMENTO, 2019)

Pegando o mesmo gancho da conversa, houve a manifestação também sobre os rumos da educação indígena no ensino superior:

a entrada e permanência de alunos indígenas na universidade foi outra pauta, visto que os cortes contingenciais na área educacional ameaçam a previsibilidade dos alunos indígenas de concluírem seus cursos. Dentro disso, a disseminação de uma política discriminatória quanto aos indígenas e das demais minorias vêm se alastrando dentro dos campi, levando à reflexão de quais medidas deverão ser tomadas, assim como a permanência dentro do ensino superior mostra cada vez mais a resistência indígena. (SARMENTO, 2019)

Por mais que se indague o porquê desse breve relato sobre o ensino superior em uma pesquisa sobre a educação básica indígena, o ambiente, a ocasião e a própria identidade indígena inter-relacionam os temas, e de certa forma, contrariando os moldes eurocêntricos a qual estamos acostumados, não dissociam os temas.

As outras assembleias realizadas dentro do território Tupinambá sempre tinham em suas pautas a situação de como a educação escolar indígena era aliada ao fortalecimento do movimento e seus problemas, expostos nas reuniões, pautavam o comprometimento entre aldeias e instituições escolares. De onde parte isso? Do sentimento dos anseios coletivos serem analisados em conjunto com outros temas:

para nós não basta só bater no peito e se dizer Tupinambá. Também é necessário lutar por nossos Direitos, manter os nossos costumes no dia a dia. Cuidar da mãe terra e saber valorizar os bens da aldeia, se comprometendo com as suas necessidades. Valorizamos nossas crenças, costumes e rituais. Visamos trabalhar por meio da coletividade. Ser coletivo faz parte do nosso espírito Tupinambá. (TUPINAMBÁ, 2018, p. 6)

Mesmo a educação escolar indígena sendo responsabilidade em seu provimento da Secretaria Municipal de Educação de Santarém, visto que o território Tupinambá está dentro dos limites deste município, o Protocolo de Consulta Prévia Livre e Informada do Povo

Tupinambá enfoca na questão de que, decisões externas que envolvam os povos das 21 aldeias e, conseqüentemente, suas terras e suas instituições, devem ser compartilhadas e analisadas, mesmo que, hierarquicamente, o poder público tenha mais “poder”. Para isso, o próprio protocolo reafirma a necessidade de que todos os temas propostos sejam enviados com antecedência para o debate, em que três momentos estão criteriosamente elencados:

1º Momento: O Governo deve avisar o Conselho Tupinambá sobre a proposta. Nessa etapa a coordenação do Conselho irá convocar uma reunião com todos os caciques das aldeias Tupinambá do rio Tapajós, para repassar o que está acontecendo.

2º Momento: Cada cacique irá reunir a aldeia que está à frente. Irá comunicar a proposta e definir uma data para que o governo apresente ao povo os detalhes da proposta, em assembleia.

3º Momento: Na assembleia, cabe ao governo apresentar com detalhes a proposta, sem pressões ou intimidações. O objetivo principal é INFORMAR o povo Tupinambá. Nesta ocasião, poderão participar entidades parceiras. Caso a proposta apresentada não seja complexa e/ou o povo já se sinta devidamente informado, poderemos decidir. Não sendo esse caso, serão feitas outras reuniões nas aldeias, para debater, ponderar e estudar a proposta. (TUPINAMBÁ, 2018, p. 16)

Isso permite afirmar a própria autonomia que tanto as escolas debatem, mas a contraponto, em uma das reuniões, realizada na aldeia Jauarituba em setembro de 2019, revelam dissidências entre decisões feitas pela SEMED e entre o que a aldeia almejava. Essas dissidências foram observadas em 2019, e segundo os indígenas presentes, já vinham de tempos, envolvendo a diretora da escola polo e seus núcleos, e os indígenas. A grande discussão pairava sobre a troca da diretora, enquanto que a SEMED, que não se mostrava reticente, mantinha a decisão, mesmo a contragosto dos moradores das aldeias. Mesmo assim, as lideranças e demais indígenas se mantinham firme frente aos mandos do que a secretaria impunha.

Outra discussão posta em análise nas assembleias está nas aldeias que estão se reconhecendo indígenas, mas se contrapõem aos não-indígenas que afirmam que é preocupante a situação de dividir a escola “branca” com os indígenas. Essas comunidades se encontram divididas, entre indígenas e não-indígenas. Nas assembleias indígenas existe a discussão sobre se solicitar uma escola indígena ou ainda compartilhar a mesma escola comum.

Nas formações pedagógicas propostas pelas escolas nas aldeias Jauarituba, Jatequara, Paranapixuna e Jaca, todos, do cacique à mais tenra criança, foram convidados a participar. Isto

incluiu a formação ser iniciada pelo ritual indígena, evocando a ancestralidade através do chamamento da pajé presente, e envolvia todos os moradores, visto que onde foi realizado, na aldeia Parapixuna, todos participaram. Os aspectos pedagógicos envolviam principalmente o trabalho em conjunto das disciplinas Nheengatu e Notório saber e outras disciplinas.

DISCUSSÃO

A etnogênese no Tapajós é descrita por Vaz (2010) a partir de 1998, na qual a aldeia Takuara, no município de Belterra inicia a efervescência do movimento por visibilidade, visto que os indígenas do Tapajós eram dados como extintos. A partir se inicia também a busca pela educação escolar indígena. Diante disso, é notório o papel do Ministério Público Federal na defesa da implantação:

em novembro de 2004 por meio da Nota Técnica nº 206-Parecer/2004, foi instaurado o Procedimento Administrativo48 (PA) nº 1.00.000.001952/2004-27, para apurar as informações oferecidas pelos indígenas na documentação referentes ao IV Encontro dos Povos Indígenas, de julho de 2003. Em abril de 2005, por meio do Ofício nº 184/2005/CaDIM/MPF, os autos do PA instaurado em Brasília foram encaminhados para o Ministério Público Federal do Estado do Pará para averiguar-se in lócu as denúncias registradas na Carta. No mês de novembro de 2006, atendendo requerimento do MPF/Santarém, a SEMED do município de Santarém apresentou como resposta, por meio do Ofício nº 1.223/06, que teria criado a Coordenação da Educação Escolar Indígena para atender onze etnias com educação escolar indígena diferenciada, que habitam as regiões do Tapajós, Arapiuns, e Planalto Santareno, como primeiras medidas para implementar o direito à educação diferenciada. A lista de povos atendidos, segundo a SEMED baseou-se nos povos indígenas identificados pelo Conselho Indigenista Tapajós Arapiuns (CITA) [...]. (ABREU, 2014. p. 1010)

Dentro disso, é necessário analisar a forma de como as escolas indígenas do baixo Tapajós vêm se organizando, e de como a temática de defesa do território (RODRIGUES, 2018) vem sendo fortalecida em termos curriculares, afirmando a territorialidade, a identidade e os costumes dos povos. Dentre desse contexto, analisamos a construção teórica e regulamentadora da educação escolar indígena, ressaltando os escritos indígenas e indigenistas sobre os aspectos escolares. Na construção da identidade, existe a questão das relações étnicas com outros povos (RODRIGUES, 2018), e a partir daí ressaltamos a mediação dessas relações com a presença do

CITA (Conselho Indígena Tapajós-Arapiuns) e, não em menor participação, com o GCI (Grupo de Consciência Indígena) e a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns.

Existe relação entre a invisibilidade indígena e a educação escolar? Com toda certeza. O indígena das terras brasileiras sempre teve em seu pé o assombro de ser visto como inferior, pré-histórico e subdesenvolvido perto de outras culturas. Em determinadas épocas históricas e literárias era tido como pueril; em outras, bravo. E o próprio fator religioso, de serem almas que necessitavam de salvação agravam e corroboram com a visão eurocentrada, chegando a um cunho paternalista, que modificam drasticamente as relações sociais, incluindo o subjuogo ao estado e ao deus cristão. Depois do processo catequético desenvolvido pelos missões jesuítas, o estado revestido de protetor pelo Diretório Pombalino, para uma maior integração do indígena à civilidade deixou uma lacuna na educação dos povos. Reflexo dos acontecimentos nacionais, a educação escolar na Amazônia também é de responsabilidade dos jesuítas (COLARES, 2001), antes da expulsão dos missionários por Marquês de Pombal. Entretanto, pelas relações religiosas, a formação escolar não necessariamente abarcava as exigências coloniais de mercado, tanto que um dos marcos do Diretório:

O Diretório dos Índios que perdurou entre 1757 e 1798, foi instrumento importante no processo de invisibilização dos indígenas da região amazônica. Nele foram reunidos vários dispositivos legais em uma única política governamental para os nativos. Foi elaborado na época pombalina e acarretou, “a propósito de transformar os indígenas em homens livres, e cidadãos de pleno direito, profundas mudanças nas suas vidas” (VAZ FILHO, 2010b, p. 64). A tentativa era de consolidar a transformação do nativo amazônico em um vassalo do soberano português. “O índio deveria ser um homem livre, como qualquer português, o que na Amazônia significava ser colono” (Idem). (RODRIGUES, 2014. p. 35)

Desse jeito o processo de invisibilidade indígena também tem duros golpes com a Cabanagem, em que inclusive o Império fez a proibição do uso do Nheengatu. A caboclicização do indígena, associado com a Lei de Terras de 1850; ela

foi fator importante no processo de ‘caboclicização’ e invisibilização dos indígenas. Por meio desta lei procurou-se regulamentar a propriedade das terras doadas desde o período colonial e legalizar as áreas ocupadas sem autorização reconhecendo, posteriormente, as chamadas terras devolutas, que pertenceriam ao Estado. No caso dos indígenas aldeados, a lei preservava o direito de permanecerem utilizando a terra, mas se as autoridades considerassem que na aldeia ou vila de índios não havia indígenas, afirmando que as pessoas perderam esta condição por conta de misturas raciais, ou mesmo extermínio, as terras seriam consideradas devolutas (PACHECO DE

OLIVEIRA, s/d, p.55). Para as declarações oficiais de que nas localidades não havia mais nativos, “engenheiros eram contratados para a elaboração de laudos, numa complexa estrutura de poder que se fez contraditória, mas acabou por decretar a extinção dos aldeamentos em diversas províncias” (idem). (RODRIGUES, 2014, p. 39)

Os movimentos que retomam a luta indígena no baixo Tapajós são entremeados pela causa da identidade, territorialidade e educação. O próprio fator do reforço de autonomia elaborados pela Constituição Federal, pela Constituição estadual e corroborados pela Brasil como signatário da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), preveem a luta, a organização, a cultura, o ensino e aprendizagem como formas de resistência étnica. A educação escolar indígena é um marco promissor para o fortalecimento da identidade indígena. Mesmo se denotarmos a presença de conflitualidades internas, todas as partes do movimento indígena buscam interagir de forma a pensarem em um movimento único, com a resolução de problemas internos para que façam frente às dificuldades do plano mais generalizado, envolvendo as esferas federal e local. Trata-se de explorar o diálogo e identificar os problemas e chegar ao mesmo objetivo de potencializar a luta do movimento indígena.

A educação escolar no Brasil por si só passou por momentos escabriosos, incertos, e mesmo assim, à luz da contemporaneidade, ainda sofre diversos reveses que ameaçam sua conjuntura, seja em termos de financiamento, perpassando por desafios de gestão, indo até a formação continuada. Não obstante, a memória da educação escolar indígena que está sendo construída vem sendo permeada pelos desafios causticantes da educação em geral, assim como os constantes ataques direcionados a estes, sejam de cunho racista ou não. Nesta pesquisa, em que conversamos sobre a diagnose das escolas indígenas da região do Tapajós, é comum observarmos aspectos epistemológicos que visam entender as relações entre seus pares (NASCIMENTO, 2017), considerando a história, relações sociais, dentre outros aspectos, que vão entremendo as relações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem ainda questionamentos que foram gerados ao longo desta pesquisa, visto que a mesma ainda se encerrou. Pela situação da extensão territorial das aldeias, visitamos apenas algumas do território Tupinambá, e ainda nem chegamos a outras terras, como a dos Arapiun e



a dos Kumaruara, por exemplo. Reforçamos que, ao contrário da “cidade” em que observamos a escola como um setor à parte, com dificuldades enfrentadas pelos seus gestores em meio a participação da comunidade, nas aldeias a escola é um espaço compartilhado, de luta, de referência ancestral, exprimindo a luta pelo território e pelo reconhecimento da identidade e contra a invisibilidade. Em uma das assembleias formadoras de liderança do CITA, já em conjunto com aldeias do rio Arapiuns, notamos a queixa de decisões da secretaria de educação tenta passar por cima da autonomia das escolas e das aldeias, inclusive no próprio registro como escola indígena. Algo grave, mas não dissidente da atual conjuntura política, que a todo custo tenta desmantelar a causa indígena em favor do capital. Daí, que em meio às matas e à beira dos rios, a luta indígena busca cada vez mais se alicerçar e se fortalecer. Nada diferente do que já ocorre a 521 anos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Joniel Vieira de. **A implementação do direito à educação escolar indígena no município de Santarém no período de 2006 a 2012.** Orientadora: Marilena Loureiro da Silva. Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2014.

BANIWA, Gersem. **Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos /** GersemBaniwa. — 1. ed. — Rio de Janeiro : Mórula, Laced, 2019.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para o Funcionamento das Escolas Indígenas.** Brasília: MEC/CNE/CEB, 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_99.pdf. Acessado em 12 de dezembro de 2020.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena no Ensino Básico.** Brasília: MEC/CNE/CEB, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-daeducacao-superior-seres/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados82187207/17417-ceb-2012>. Acessado em 20 de dezembro de 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: Senado Federal, 2017. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 25 de janeiro de 2021.

COELHO, Elizabeth Maria Beserra. **As nova políticas indigenistas de educação.** Revista de Políticas Públicas, v. 5, n. 1.2 (2001)

_____. **O ensino da temática indígena : subsídios didáticos para o estudo das sociodiversidades indígenas** / Juliana Alves de Andrade, Tarcísio Augusto Alves da Silva (organizadores) ; prefácio Edson Silva. - Recife : Edições Rascunhos, 2017.

NASCIMENTO, Ana Carolina Santos do. **Metodologias de Pesquisa em Ciências Humanas Sociais – Percurso Epistemológico da Pesquisa Qualitativa**. In Investigação Qualitativa em Ciências Sociais//Investigación Cualitativa en Ciencias Sociales//Volume 3

RODRIGUES, Gilberto César Lopes. **Educação Indígena: Considerações Acerca da Implantação de Escolas Indígenas**. Revista Exitus. , v.2, p.169 - 180, 2013.

RODRIGUES, G. C. L. (2018). **Quando a escola é uma flecha: Educação Escolar Indígena e Territorialização na Amazônia**. Revista Exitus, 8(3), 396-422.
<https://doi.org/10.24065/2237-9460.2018v8n3ID651>

RODRIGUES, Gilberto César Lopes. **SuraraBorari, SuraraArapium - a educação escolar no processo de reafirmação étnica dos Borari e Arapium da terra indígena Maró** / Gilberto Cesar Lopes Rodrigues. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

SARMENTO, Lídia. **Assembleia Indígena do Povo Tupinambá**. A Hora do Xibé, Santarém, 4 de junho. In. <https://ahoradoxibe.blogspot.com/2019/06/assembleia-indigena-do-povo-tupinamba.html> Acesso em

SOUSA, Walter Lopes de. **De retirantes a aldeias urbanas: parentesco, poder e educação entre os Mundurukú das Praias do Índio e do Mangue em Itaituba-PA**/Walter Lopes de Sousa; orientador, Manoel Alexandre Cunha.- Belém, 2018.

TUPINAMBÁ, Povo. **O Protocolo de Consulta Prévia Livre e Informada do Povo Tupinambá**. Santarém, 2018

VAZ FILHO, Florêncio Almeida. **A Emergência étnica dos povos indígenas do baixo Rio Tapajós, Amazônia**. / Florêncio Almeida Vaz Filho; Orientadora Maria Rosário Gonçalves de Carvalho. – Salvador, 2010.